

MILITARES E IDEOLOGIA

I

Já lá foram 25 anos de continuidade ininterrupta, de regime militar no Brasil. No entanto, o regime apresentou duas características, aparentemente contraditórias: a durabilidade e a mutabilidade. O duradouro tem sido a permanência no poder da coalização que, desde 64, assumiu o controle do Estado. O mutável tem sido a forma assumida pela Estado, ou melhor, pelo regime político. Hoje pode-se compreender que as mudanças do regime viabilizaram a conservação do poder.

Dessa forma, de 1964 aos dias atuais passamos por sucessivos arranjos institucionais, cada qual combinando, em dosagens diferentes, elementos de autoritarismo, militarismo e liberalismo (distenção), com as FFAA fazendo, por um lado, o papel de aparelho repressivo do Estado, e por outro, o de aparelho ideológico, tentando cooptar a sociedade civil, através da ESG-Escola Superior de Guerra, na defesa dos objetivos da "Revolução de Março de 1964".

II

A criação e fundação da Escola Superior de Guerra está intimamente associada

ao papel que exercem os militares como atores políticos. Desde o início a ESG se manifestou politicamente, seja na participação do Brasil na II Guerra Mundial, seja no debate sobre a exploração do petróleo. Esses dois acontecimentos demonstram com que existem divisões no seio das FFAA, professando ideologias diferentes.

A ESG recebe influência direta da experiência norte-americana, o National War College. Sua criação contou, inclusive, com a colaboração de Missão Norte-Americana encarregada de orientar a implantação da Escola Brasileira. Contudo, ao contrário da norte-americana, a ESG se propôs a inclusão de estagiários civis, originários dos setores públicos, com a condição de que fossem de nível universitário e ocupassem funções de Chefes. Essas exigências delimitam a função ideológica da ESG: preparar elites civis e militares para o exame das questões referentes à segurança nacional. A partir de 1964, data do golpe, os altos escalões da administração federal são ocupados por ex estagiários da ESG. Nos anos seguintes a 1964, foram criados cursos, a nível estadual, dirigidos por ex estagiários da ESG, visando difundir a Doutrina de Segurança Nacional. Assim, para a ocupação de cargos, tanto na esfera federal quanto na estadual, "O certificado" da ESG ou ADESG, tinha peso fundamental.

III

Com base nas características que Althusser atribuiu aos aparelhos ideológicos do Estado, veremos que a ESG se encontra numa função específica. Para Althusser o aparelho de Estado se distingue ao aparelho ideológico com base no fato de que o primeiro funcione pela violência e o segundo pela ideologia. No entanto, o au-

tor avança afirmando que o aparelho de Estado funciona maciçamente pela violência, como forma predominante, e só secundariamente pela ideologia, ao passo que os aparelhos ideológicos funcionem maciçamente pela ideologia e secundariamente pela violência.

Ora, a ESG criou, desenvolveu e difundiu entre as elites uma determinada concepção dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico, instituições políticas e vinculações do Brasil no campo das relações internacionais. Por isso não se pode atribuir inteiramente ao setor militar localizado na ESG a criação do tipo de pensamento político-ideológico difundido por ela.

Muito embora a ESG faça parte de um aparelho repressivo (FFAA), ela é, antes de tudo uma escola (Aparelho Ideológica) com objetivos técnicos e político-ideológico: técnicos, no sentido em que oferece o curso que está no topo da formação militar brasileira; político-ideológico porque tem a garantir um tratamento básico e uniforme a civis e militares direta ou indiretamente ligados a coisa pública (1). Assim é que, embora a ESG não possa ser dissociada de uma instituição (FFAA) que funciona maciçamente pela violência, ela desenvolve, também, atividades claramente ideológicas, seja promoção de treinamento técnico de oficiais militares, seja articulando as elites civis (classe dominante) e difundindo a Doutrina de Segurança Nacional (2).

No entender de Eliézer Rizzo Oliveira, "a especificidade da ESG como um aparelho de Estado "misto", portador de funções marcadamente ideológicas, poderia ser definida na seguinte proposição: a presença e atuação da ESG tendem a tornar-se diretamente políticas à medida que se configuram críticas as funções do Estado orientador da acumulação capitalista e agenciador

da legitimidade espécie de fiel da balança de uma precária aliança de classe e, ideologicamente, esta ação vincula-se ao estabelecimento de limites às crises da dominação do capitalismo" (3).

Na verdade, a ESG combina com a Doutrina de Segurança Nacional, promovem uma integração e aglutinação, a nível ideológico, dos interesses maiores dos diversos setores das classes dominantes, respaldadas pelo braço armado do Estado (FFAA).

IV

O elemento fundamental nas diversas etapas de formulação da Doutrina de Segurança Nacional é "o conflito ideológico permanente, a possibilidade de uma guerra total entre Ocidente e Oriente, em função da qual toda nação deve mobilizar-se integralmente" (4).

Portanto é nesse quadro de conflito entre Ocidente e Oriente que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) promoverá, no seu corpo doutrinário, a submissão das atividades básicas da Nação à sua política de segurança.

A determinação de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e Objetivos Nacionais Atuais (ONA) são os pilares sobre os quais se define a Segurança Nacional.

Os primeiros são objetivos políticos que resultam da interpretação dos interesses e aspirações nacionais que motivam em dada época histórica, toda manifestação de um povo como Nação; os segundos são derivados da análise conjuntural dos impedimentos ou

oposições à realização dos ONP.

Com base nesses pressuposto é que se interligam a ESG e a DSN. A primeira exercendo o papel de executora dos conceitos produzidos pela Segunda. A Segunda redimensionando (feed-back) e reformulando os seus princípios básicos diante das mudanças (internas e externas) econômicas, sociais e políticas do Brasil pós 64.

A formação das elites civis e militares na ESG, formação essa toda calcada na D.S.N. fizeram das FFAA um ator político reformulado com condições para condições para desempenhar uma multiplicidade de papéis políticos. A título de exemplo, por volta de 1979, 27,8% dos altos funcionários da administração federal (direita e indireta) eram militares.

Nesse sentido, a instituição militar (reformulada teoricamente pela DNS) se apresenta também numa dimensão burocrática, ou seja como parte integrante do serviço público, com funções coercitivas (enquanto aparelho repressivo) na organização de inteligência política (todos os órgãos públicos ainda mantêm um serviço de informação, a nível de assessoria), e ideológicas na doutrinação dos quadros do serviço público, no exercício da relação chefe x funcionário (hierarquia/disciplina).

A formulação de políticas pela ESG e as FFAA no governo e os militares como administradores, tomam a si o núcleo superior da atividade do Estado, sugerindo e articulando opções na montagem do projeto político desenhado pela ESG, com base na Doutrina de Segurança Nacional).

A presença direta dos militares na gestão dos negócios públicos, bem como sua relação estreita em um amplo espectro de

interesses da sociedade civil, levam a uma cooptação ideológica dos setores médios do estrato social.

A medida que vai avançando a ingerência dos militares nos negócios públicos, as FFAA passam a exercer o papel de força hegemônica na condução do processo político e na administração das atividades do Estado (5). O processo centralizador militar atinge o seu ponto máximo com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1969.

As prerrogativas do Executivo, definidas pelo AI 5 colocam nas mãos do Presidente um amplo campo de decisões: com a finalidade expressa de garantir a continuidade da Revolução". Neste momento o aparelho militar passa a exercer um papel preponderantemente repressivo e com uma carga mínima de ideologia. O fator ideológico fica embutido nos atos de violência (física e simbólica) do Estado: cassação de mandatos, torturas, mortes etc.

V

As FFAA, no plano político-ideológico, têm como necessidade preliminar a redefinição de seus papéis e funções num sistema predominante civil e crescentemente pluralista.

A nível das FFAA, como organização, oficiais têm sido promovidos ou punidos de acordo com critérios político-ideológicos, não mais à revelia da instituição, mas com freqüência à revelia de padrões profissionais ou mérito. Vê-se, portanto, que a ideologia não passa pela FFAA apenas como instituição (função exógena), mas, também como organização (função endógena), mas, também como organização (função endógena), quando, principalmente, se verifica a tendência, por parte da própria cúpula militar, de fixar critérios de promoção acentuadamente burocratizantes.

No entender de René Dreifuss e Otávio Dulci "...cerceiam-se a inovação e a criatividade, atributos desejáveis de um oficial graduado, e reforçam-se vícios ideologizantes e burocratizantes" (6).

O problema maior que se coloca agora para a instituição militar, no plano interno, é o de definir e legitimar seus papéis e funções no âmbito da corporação e no campo mais geral do Estado.

Assim, como vamos ver mais adiante no atual processo de transição política, as FFAA devem reintegrar-se às funções definidas como legítimas, favorecendo a adoção de um padrão de comportamento profissional por parte dos militares.

VI

No decorrer do período de Nova República duas questões concentraram a atenção dos diversos segmentos sócio-políticos do País: a remoção do entulho autoritário e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana. No entender do atual sistema político, o entulho autoritário se reduz, simplesmente, à legislação de força produzida pelo regime nesses últimos 20 anos (Lei Falcão, Lei de (anti) greve, Lei de Segurança Nacional e etc), sem levar em consideração toda uma dinâmica histórica autoritária do País e o papel das Forças Armadas (FFAA) no processo político brasileiro, que não data de 1964.

Os militares brasileiros constituem-se em atores políticos em todos os momentos de crise institucional. Desde a Proclamação da República, em 1889, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto até a promulgação do AI n° 5 (o golpe

dentro do golpe) as FFAA tiveram participação ativa e direta como aparelho (repressivo/ideológico) hegemônico. Dentro dessa dinâmica histórica autoritária, foram as FFAA que contribuíram para a derrubada da República oligárquica de 30, que permitiam, em 1937, a instauração da ditadura do Estado Novo e que depuseram Vargas em 1945. Mas, foram elas, também, que estabeleceram um regime democrático que vigorou de 45 a 64 e garantiram a posse o Presidente Juscelino Kubitschek, em 1955.

Esses fatos, certamente, revelam componentes estrutural na política brasileira: o Poder Militar, base do autoritarismo vigente(7).

Os esforços que estão sendo realizados pela Sociedade Civil visando eliminar do espaço público (no conceito de Habermas) o entulho autoritário esbarram no tal componente estrutural da política brasileira.

Enganam-se aqueles que acreditam na saída dos militares do processo político brasileiro, mesmo porque o governo cultivava uma dependência militar, tanto para manter-se no poder como para obter uma legitimidade que tudo indica, parece ser decisiva para a transição consentida. Essa dependência do estado às FFAA permite a uma militarização da política e a uma politização das instituições militares, dificultando a prevalência da autoridade civil sobre as FFAA na condução dos assuntos políticos.

No atual sistema, por mais que se queira negar, a estrutura ideológica dos militares encontra-se embutida no caráter do Estado e, por conseqüência, o poder estatal é submisso ao poder militar.

A diferença do Brasil de ontem para o hoje, está no fato de que as FFAA deixaram o governo mas não deixaram o poder, exercendo o controle e definindo os limites da autoridade civil

na formulação política de um Estado centralizador e cesarista.

Sob outra ótica, a "militarização dos militares" comporta um exercício de segurança e soberania nacional. A guerra entre a Argentina e a Inglaterra na disputa pelas ilhas Falkland/ Malvinas, em 1982, demonstrou a incapacidade do esquema militar politizado, em 1982, demonstrou a incapacidade do esquema militar politizado, mas desaperradas profissionalmente, para enfrentar uma batalha de grande proporções. Na verdade é mais fácil aterrorizar cidadãos desarmados, no campo interno, do que vencer um adversário de grande vulto, como a Inglaterra.

Desta forma, a prevalecer o controle das FFAA brasileiras sobre o aparelho Estado, mesmo que este controle não institucionalizado, a transição consentida nos levará a uma democracia vigiada com perfil militarista, independentemente da remoção do entulho autoritário.

Notas:

1 ESG - Escola Superior de Guerra: origem, evolução, tendências, 1972, p. 2.

2 COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América Latina. Editora Civilização Brasileira, Rio, 1978.

3 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969). Vozes, Petrópolis, 1976. p. 26.

4 COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica no Brasil. José Olympio, Rio, 1975.

5 Este conceito não corresponde ao sentido que lhe é atribuído Gramschi, quando trata do Bloco Histórico.

6 DREIFUSS, René e Dulci, Otávio. As Forças armadas e a Política, Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 113.

7 BORGES FILHO, Nilson. Forças Armadas e Política no Brasil. Edição do Autor, Florianópolis, 1984.